



MPCDF

Fl. 188  
Proc.: 5904/13  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**PROCESSO Nº 5.904/2013**

**APENSO Nº 480.000.031/2013-GDF/Auditoria de Pessoal Ativo (Volumes I a VI)**

**PARECER Nº 211/2017 - DA**

**EMENTA:** Auditoria realizada por outros Órgãos. Auditoria de Pessoal Ativo, realizada pela Controladoria Geral do DF - CGDF junto à PMDF, no exercício de 2013. Relatório Preliminar de Auditoria. Encaminhamento à auditada para manifestação. Considerações da PMDF. Análise da CGDF. Relatório de Auditoria nº 6/2014. Envio à Corporação para o conhecimento e providências. Envio dos autos ao TCDF. Conhecimento, determinações à Jurisdicionada e ao Controle Interno. Autorização de devolução do apenso à origem, com cópias. Manifestação da PMDF e do Controle Interno. Instrução sugere o conhecimento e determinações. Parecer convergente do MPC/DF, com ressalva e adendo.

Retorna o presente feito que versa sobre o exame do resultado de Auditoria de Pessoal Ativo, realizada junto à PMDF, pela então Secretaria de Transparência e Controle - STC, atual Controladoria Geral do DF - CGDF, no exercício de 2013, com o escopo de *“avaliar a conformidade dos procedimentos e do deferimento de vantagens, além da forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração dos militares”* da referida Corporação, cujos pontos analisados integram as peças do Apenso nº 480.000.031/2013/GDF, e foram consubstanciadas no Relatório Preliminar nº 2/2013 (fls. 3/55) e no Relatório Final nº 6/2014, elaborado pelo Controle Interno após a manifestação da PMDF (fls. 56/102).

2. Foram abordadas questões atinentes a: *“Teto Remuneratório; VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02 – RMI; Ajuda de Custo e Etapa-Alimentação; Gratificação de Serviço Voluntário; Desvio de Função; Adicional por Tempo de Serviço, Adicional de Insalubridade e Adicional de Certificação Profissional; Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções Públicas e Incompatibilidade de horários na acumulação; Agregação de Militares, Quantidade de Policiais a disposição de outros órgãos, Desvio de finalidade no uso de recursos do Fundo Constitucional do DF – FCDF e Falhas na instrução de processos de agregação; Ficha Limpa; Prestação de Tarefa por Tempo Certo – PTTC e Duplicidade de Lançamentos da rubrica PTTC; Gestão de documentos físicos; Falta de atualização de informações cadastrais; Ausência de publicação das remunerações dos militares no Portal da Transparência do DF; Cadastramento e exclusão de vantagens na folha de pagamento; Instalações utilizadas pela área de pessoal da PMDF; Promoções de Militares”*, sem embargo do acompanhamento de alguns temas também em outros feitos, a exemplos dos Processos nº 8.286/2009 e nº 29.867/2013.

3. Mediante a Decisão nº 1.665/2016 (fls. 160/161), o Tribunal resolveu: **(item I)** *“tomar ciência das impropriedades encontradas pela Controladoria-Geral na auditoria ...”*, e **(item II)** *“determinar à Polícia Militar”* que, *“sem olvidar de assegurar o contraditório e a ampla defesa, nos casos de ressarcimento ao erário”*, efetivasse as providências que elencou nas alíneas **“a”** a **“d”**, do referido item, bem como expediu determinação à CGDF **(item III)**.



MPCDF

Fl. 189  
Proc.: 5904/13  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

4. A Unidade Técnica destacou que, em atendimento, houve a juntada das Peças de fls. 784/1346 e fls. 1347/1348 ao apenso, oriundas da PMDF e da CGDF, respectivamente. Detectou que, a rigor, a alínea “a” do item II (a qual apresenta vários tópicos segregados) foi parcialmente cumprida. Observou que as alíneas “b”, “c” e “d” do item II foram atendidas pela PMDF. Verificou, ainda, que a CGDF atendeu ao disposto no **item III**.

5. Ao final, sugeriu ao e. Tribunal:

*I - tomar conhecimento do constante das informações prestadas e dos documentos juntados pela Polícia Militar do DF e pela Controladoria-Geral do DF, respectivamente, às fls. 784/1346 e 1347/1348 do Processo Apenso nº 480.000031/2013.*

*II - considerar parcialmente cumprido o item II, alínea “a”, e cumpridos o item II, alíneas “b”, “c” e “d”, e o item III da Decisão nº 1665/2016.*

*III - determinar à PMDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as medidas recomendadas pelo Controle Interno no Processo nº 0480.000031/2013 relativas à VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02 – RMI (item 2.1.1); e ao Desvio de Função (5.1.1), enviando à Controladoria Geral do DF a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas.*

*IV - determinar à Controladoria-Geral do DF que dê continuidade no acompanhamento das providências que estão pendentes, relacionadas aos assuntos mencionados no item anterior, as quais também serão objeto de acompanhamento por esta Corte em auditoria futura.*

*V - autorizar:*

*a) a devolução do processo apenso à origem, com cópia da decisão que vier a ser proferida; e*

*b) o retorno dos autos a esta Unidade Técnica, para as anotações pertinentes e posterior arquivamento.*

6. Expostas as considerações expendidas pela SEFIPE, cabe reiterar, de antemão, que os resultados dos trabalhos de auditoria junto à PMDF, realizados pela CGDF, culminaram na apresentação do Relatório final, após o pronunciamento da Jurisdicionada, com as sugestões então encampadas pela SEFIPE e pelo MPC/DF, resultando, ainda, em posterior deliberação do Tribunal para o efetivo cumprimento das medidas arroladas Decisão nº 1.665/2016.

7. Desta feita, tais conclusões da Unidade Técnica decorreram da análise detalhada das deliberações direcionadas à PMDF, dispostas nas alíneas “a” a “d” do item II, as quais foram distribuídas em tópicos, com a indicação das medidas e esclarecimentos apresentados, seguidas das considerações que julgou pertinentes, as quais se apresentam a seguir, com os acréscimos ora apontados pelo MPC/DF:

*a) adotar as medidas recomendadas pelo Controle Interno no Processo GDF nº 480.000.031/13, relativas:*



MPCDF

Fl. 190  
Proc.: 5904/13  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*à VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02 - RMI;*  
*ao desvio de função;*  
*ao adicional de insalubridade;*  
*à acumulação de cargos ou empregos públicos;*  
*à agregação de militares;*  
*à quantidade de policiais à disposição de outros órgãos acima do limite regulamentado pelo Decreto nº 3.014/75, alterado pelo Decreto nº 32.810/11;*  
*ao desvio de finalidade no uso dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF;*  
*à ficha limpa;*  
*à ausência de publicação das remunerações dos policiais militares no Portal da Transparência;*  
*à promoção de militares;*

8. Respeitante à citada alínea “a” do item II, ora considerada pela Instrução parcialmente atendida, visto que contemplou vários tópicos, observa-se que foi analisada em partes, na forma a seguir:

***VPNI – Art. 61 da Lei nº 10.486/02 - RMI***

- 1. Absorver os valores da parcela VPNI-ART.61 LEI 10486/02 – Remuneração dos Militares a cada reajuste de remuneração obtida pelos militares da PMDF, conforme disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 10.486/2002.***
- 2. Envidar esforços junto a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, no sentido de analisar o teor de cada decisão judicial que ampara o pagamento da VPNI aos militares da PMDF.***

9. A Instrução apontou que o quesito não foi atendido a contento, porquanto a PMDF se limitou a apresentar as controvérsias suscitadas, além de, ao final, haver solicitado novo prazo para definir o tema. Eis a constatação:

*A resposta da Corporação consta da Informação 602/2015 – SAJUR (fls. 786/789 – apenso), onde apenas se alude a controvérsias a respeito da vantagem para justificar a situação encontrada, e do Ofício nº 1706/SRR, à fl. 1275 – apenso, onde, além das mesmas justificativas, adicionalmente, se pleiteia prazo para estudo do assunto.*

10. Nas Peças de fls. 786 a 792 - apenso, a Corporação realça que ainda suscita dúvidas acerca de quais providências adicionais deveria adotar, porquanto alega que teria feito as apurações das diferenças de parcelas em 2001, que resultariam em VPNI, observada a Decisão nº 4.219/2007, não olvidando a existência de diversas situações albergadas por decisões judiciais, questionando, ainda, o fato de que as orientações da Corte não seriam claras e objetivas quanto ao “critério de reajuste da parcela”, tendo, inclusive, se valido de “orientações verbais”, a despeito de que também alega que a questão ressurgiu após manifestação da PGDF, em 2014, e com a Decisão nº 2.379/2014. Consoante se verifica naquelas Peças a PMDF também realçou que, a rigor, a partir da definição do valor da vantagem (VPNI), o “reajuste” estaria afeto ao próprio SIAPE e sob o controle da esfera federal, em embargo de indicar que desencadeou três processos administrativos para tratar do tema, dois em 2014, “ainda pendentes de solução”. De toda sorte, como bem observou a SEFIPE, à fl. 1.275 do



MPCDF

Fl. 191  
Proc.: 5904/13  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

apenso, ao final, solicitou novo prazo para estudo e definição. Dessa forma, o MPC/DF entende que se mostra plausível a reiteração do quesito, na forma suscitada.

***Desvio de função***

***1. Instituir quadro de funções para os policiais militares do Distrito Federal, observando o prescrito no artigo 144, § 5º da Constituição Federal, bem como os artigos 4º e 5º da Lei nº 7.289/1984.***

***2. Realizar estudos que contenham os impactos orçamentários e financeiros para a criação de carreira de apoio às atividades da Polícia Militar do Distrito Federal, visando à substituição futura dos militares que, porventura, estejam desviados de função.***

11. A Instrução apontou que não foram localizadas manifestações da PMDF sobre tais recomendações, razão pela qual entendeu necessária a reiteração da demanda, a ser objeto de verificação em futura auditoria, o que, na visão Ministerial, mostra-se pertinente. A CGDF também não constatou manifestação (conforme destaque de fl. 1348). Sob esse aspecto, eis as considerações realizadas na análise anterior:

***- Desvio de Função:***

***Verificação:*** A PMDF conta com 3.690 Policiais (19,76%) na atividade-meio, cujas atribuições não se vinculariam à atividade-fim. Necessidade de estudos para criação de carreira de “apoio às atividades da PMDF”.

***Alegação da PMDF:*** Amparo no Decreto nº 24.533/2004, que permite até 20% do efetivo, visto que 80% deve permanecer na atividade-fim. A sugestão já seria considerada por comissões que tratam de reestruturações na Carreira.

***Controle Interno:*** Não houve cumprimento. O percentual citado já se aproxima aos 20%. Diversos órgãos de segurança pública já trabalham com carreiras administrativas distintas. Reiteração.

***MPC/DF.*** Entende que assiste razão ao Controle Interno. O dispêndio de gasto público com a admissão, treinamento específico, exigência de atributos específicos (TAF, etc), para a atividade de segurança pública ostensiva (trabalho diurno e noturno) não justifica o desvio de grande quantidade de profissionais para atividades administrativas, em detrimento da população assistida que clama por “mais segurança pública”. Ademais, a despeito da necessidade de medidas legislativas e de disponibilidades orçamentária e financeira para a concretização da medida, vislumbra-se de menor dispêndio do que a admissão de policial militar em tal quantitativo para o exercício de tal mister. Enfim, não se justificando o desvio sob o ponto de vista do interesse público.

12. Em relação aos demais tópicos da alínea “a”, alusivos ao ***Adicional de insalubridade, Acumulação de cargos ou empregos públicos, Agregação de militares, Quantidade de policiais à disposição de outros órgãos acima do limite regulamentado pelo Decreto nº 3.014/75, alterado pelo Decreto nº 32.810/2011, Desvio de finalidade no uso dos recursos do Fundo Constitucional do DF – FCDF, Ficha limpa, Ausência de publicação das remunerações dos policiais militares no Portal da Transparência e Promoção de militares***, a Instrução elencou as diversas providências e desdobramentos indicados, em cada caso, pela Jurisdicionada, não olvidando que as manifestações,





MPCDF

Fl. 192  
Proc.: 5904/13  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

medidas adotadas e esclarecimentos prestados pela PMDF (observada a vasta documentação inserida nos Volumes IV a VI do apenso) já haviam contado com a aquiescência da CGDF, que deixou de tecer maiores considerações a respeito, não se vislumbrando a necessidade de reiterações, sem prejuízo de futuras averiguações.

13. Quanto à alínea “b” (ajustes/verificações relativos *ao adicional de tempo de serviço*), a Instrução observou que às fls. 1273/1275 foram evidenciadas as situações individuais dos militares informados, o detalhamento dos percentuais a que fazem jus. Em relação às alíneas “c” (glosa do *teto remuneratório* alusivo *aos militares que acumulam cargos*) e “d” (*prestação de Tarefa por Tempo Certo - PTTC*), também considerou satisfatórios os desdobramentos, motivo pelo qual não decorreram novas sugestões.

14. Respeitante àquela alínea “c” (teto remuneratório x acumulação), mencionou o quesito abordado no Relatório e, em seguida, as seguintes considerações a respeito:

*1) considerando o que consta das Decisões Administrativas nºs 4/15 e 17/15, providenciar, para os militares em acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do teto remuneratório, observada a soma das remunerações;*

...

*23. No Ofício nº 372/Diretor, à fl. 923 – apenso é consignado que “a Diretoria de Pessoal e Previdência insere no Módulo Operacional “FPATRENDEX” SIAPNET/SERPRO do Governo Federal, dados referentes a rendimentos recebidos fora desse ambiente”. Desse modo, a aplicação do abate teto ocorreria automaticamente. O Ofício nº 1689/Diretor, à fl. 1234 – apenso, além de reiterar a informação, acrescenta que, nos termos da Decisão TCDF nº 6776/2008, na PMDF é aplicado o teto remuneratório do Governo Federal. No Ofício nº 1859/Diretor, à fl. 1262 – apenso, novamente é repetida a notícia sobre a operacionalização, via sistema, do abate teto.*

15. Nada obstante, a despeito e a Instrução ter considerado superada a questão, observa-se na Peça de fl. 1348 que, a CGDF vislumbrou que não houve o atendimento da recomendação do item “1.1.1” (além daqueles outros dois ora reiterados pela Instrução). Sob esse aspecto, a constatação anterior havia sido a seguinte:

***Teto Remuneratório***

*9. O Controle Interno identificou diversos policiais militares extrapolando o teto remuneratório estabelecido pela Constituição no mês de competência janeiro/2013. Solicitou à jurisdicionada que: cumprisse o determinado pela Constituição no que tange ao teto remuneratório; expedisse ato normativo com o intuito de que os militares que acumulam cargos públicos apresentem mensalmente os contracheques; e procedesse ao cadastro dessa remuneração no SIAPE para fins de abate-teto. Diante das recomendações, a Corporação informou que “a sistemática de aplicação do teto foi alterada após a decisão judicial proferida nos autos do AgRg (Agravio Regimental) no RMS (Recurso em Mandado de Segurança) nº 33.100-DF. A partir daí, cada fonte de renda do servidor passou a ser considerada para fins de aplicação do teto (...)”*

(...)



MPCDF

Fl. 193  
Proc.: 5904/13  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

11. *Todavia, a Controladoria reiterou as recomendações emanadas à jurisdicionada tendo em conta que a IN SEAP/DF nº 116/2013 foi julgada inconstitucional pelo TJDF.*

12. *De fato, além da IN SEAP/DF nº 116/2013, também foi julgada inconstitucional pelo TJDF a Instrução Normativa SEAP/DF nº 100/2013 nos autos da ADI nº 2013.00.2.017116-0, pendente de Recurso Extraordinário com repercussão geral. Todavia, o ilustre Conselheiro Renato Rainha entende ter havido recrudescimento por parte do TJDF ao julgar essas IN's inconstitucionais, tendo em conta que o entendimento exarado na referida ADI aparentemente confronta aquele que vem sendo adotado na instância superior. Nesta oportunidade, peço vênica para transcrever parte do Voto proferido nos autos do Processo nº 19.075/2009 ao tratar deste tema.*

*(...)*

13. *Dessa forma, a reiteração das recomendações emanadas pelo Controle Interno à PMDF relacionadas à aplicação do teto remuneratório, em especial aos casos em que a Constituição Federal permite a acumulação de cargos, pode aguardar o direcionamento que vier a ser indicado nas ações judiciais ora referidas.*

11. *No que pertine ao tema “Teto Remuneratório”, mediante o Parecer nº 0968/2015 –PCF, lançado nos autos do Processo nº 9.196/2015, o MPC/DF, convergindo com a Instrução, realçou que o resultado do RMS nº 33.100-DF, mencionado no parágrafo precedente, somente seria aplicável em relação “médicos” ali abrangidos (representados pelo Sindicato), consoante excerto a seguir:*

11. *Não obstante a questão encontrar-se em exame no Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, na visão Ministerial, andou bem o TCDF ao determinar a aplicação do art. 37, inciso XI, da CF/88, a todos os servidores ocupantes de cargos e empregos públicos, exceto aos médicos representados pelo Sindicato dos Médicos do DF, em razão de decisão judicial favorável. Eis o teor da Decisão Administrativa nº 17/2015, prolatada no Processo nº 11.980/2014:*

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – [...] II – determinar a aplicação do disposto no art. 6º- A da IN nº 1/2011-SEAP apenas aos casos de acumulações lícitas de servidores representados pelo Sindicato dos Médicos, no julgamento, pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, do AgRg no AgRg no Recurso em Mandado de Segurança nº 33.100-DF (2010/0195416-9), cujo Acórdão foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico, de 15 de maio de 2014, enquanto não sobrevier decisão judicial em sentido contrário; III – determinar a aplicação aos servidores cedidos ao TCDF do art. 6º, caput, da IN nº 1/2011-SEAP; IV [...]*

12. *Portanto, há que se observar tal diretriz em relação aos demais casos da PMDF, não olvidando que o resultado do RMS não se estenderia indistintamente a todas as situações.*



MPCDF

Fl. 194  
Proc.: 5904/13  
Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

16. Naquela oportunidade, o nobre Conselheiro-Relator, Manoel de Andrade, considerou necessária a proposição, quanto à necessidade de observância do “teto remuneratório”. Eis o excerto do Relatório/Voto de fl. 157:

*O Ministério Público acolheu as sugestões da instrução, ressaltando, apenas, que, conforme se pronunciou no Processo nº 9.196/15, convergindo com a instrução, o resultado do RMS nº 33.100-DF seria aplicável somente em relação aos médicos ali abrangidos (representados pelo Sindicato), de modo que tal diretriz deveria ser observada pela PMDF.*

*Considero salutar a ressalva do Parquet, pois, mantendo coerência com o entendimento desta Corte, corroborado no Processo nº 9.196/15, de relato do ilustre Conselheiro Inácio Magalhães Filho, que cuidou de auditoria de pessoal ativo realizada pela antiga STC/DF (atual CGDF) na PCDF, no exercício de 2013, deve-se determinar à PMDF que proceda à glosa do teto remuneratório, observada a soma das remunerações, ressaltados os médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ, tendo em conta, ainda, as Decisões Administrativas nºs 04/15 e 17/15.*

17. Portanto, depreende-se que assiste razão à CGDF, porquanto as informações trazidas à baila não afastam as constatações anteriores, acerca da inobservância do teto remuneratório, bem como da necessidade de adoção de medidas saneadoras, razão pela qual, no entender Ministerial, o quesito em questão (mencionado no parágrafo 15) também há que ser reiterado à PMDF, tendo em conta as considerações anteriores do Controle Interno (fls. 5v/7v).

18. A determinação afeta ao item **III** do **decisum**, direcionada à CGDF, havia sido para que acompanhasse o andamento das questões direcionadas à PMDF.

19. Nesse contexto, tendo em conta que as questões suscitadas na fiscalização em análise já foram tratadas no Parecer anterior, e que as informações juntadas não alteram o posicionamento adotado, bem como demonstram que houve o atendimento parcial das medidas, desta feita, o MPC/DF também não se opõe às sugestões ora ofertadas, observada a ressalva e adendo apontados no parágrafo 18 supra.

20. Pelo exposto, com a ressalva e adendo anterior, opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões da Unidade Técnica.

É o parecer.

Brasília, 11 de abril de 2017.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
**Procurador**